



CULTURA, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO: as correlações entre o local, o Plano Municipal de Cultura de Itajubá, MG, e geração de renda ¹

**Carlos Alberto Máximo Pimenta²
Natácia Lamoglia de Souza³
Lucas Peixoto de Lima⁴, Bolsista CAPES,
Sabrina Moraes Ferreira⁵
Silas Dorival de Oliveira⁶**

Resumo

Recebimento: 7/4/2018 • Aceite: 15/6/2018

¹ Este trabalho é resultado das experiências de pesquisa desenvolvidas dentro do projeto Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul do Estado de Minas Gerais, financiado pelo PPM-X/2016 da FAPEMIG e das ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento (NEID), o qual direciona esforços à compreensão das ações do Poder Público local, de ONG's, de Associações e de práticas organizativas espontâneas em processos interventivos de geração de renda, tomando-se como referência o artesanato, os artefatos, os saberes e os fazeres tidos como fora da lógica formal entre capital *versus* trabalho.

² Doutor em Ciências Sociais (PUCSP). Docente da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá – MG, Brasil. E-mail: carlospimenta@unifei.edu.br

³ Bolsista CAPES, Mestranda em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá – MG, Brasil. E-mail: natacia.lsouza@gmail.com

⁴ Bolsista CAPES, Mestrando em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá – MG, Brasil. E-mail: lucaspeixoto.cco@gmail.com

⁵ Bolsista FAPEMIG, Mestranda em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá – MG, Brasil. E-mail: ferreiramsabrina@gmail.com

⁶ Mestrando em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá – MG, Brasil. E-mail: silas0686@gmail.com

Trata-se da relação cultura, desenvolvimento local e políticas culturais enfatizando os instrumentos normativos de direcionamentos, constituição e orientação de políticas públicas no município de Itajubá, sul de Minas Gerais. Essas possibilidades trazem consigo a necessidade de conhecimento sobre as demandas levantadas pelos representantes públicos no sentido da direção, intenções e prioridades pelas quais elas estão seguindo no campo das políticas culturais, principalmente em razão da adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), com base no Plano Nacional de Cultura (PNC). Objetiva-se apreender as intencionalidades preexistentes nos encaminhamentos, práticas e ações de geração de renda por meio do Plano Municipal de Cultura (PMC) de Itajubá. A abordagem assume caráter interdisciplinar em que considera as observações de campo da antropologia com diálogos com a sociologia, economia, administração pública, ciências políticas e as tecnologias, referencias por leis, documentos e entrevistas com gestores públicos. O PMC é apenas um ponto de partida para se pensar em políticas culturais em Itajubá e microrregião, levando-se ao extremo os estímulos à criação de órgãos antes não existentes que sejam capazes de dar suporte para a promoção da cidadania e de projetos efetivamente democráticos.

Palavras-chave: Cultura; Políticas culturais; Desenvolvimento Local; Plano Municipal de Cultura; Cultura e Desenvolvimento.

CULTURE, POLICIES AND DEVELOPMENT: the correlations between the site, the Municipal Plan of Culture of Itajubá, MG, and income generation

Abstract

It is the relation culture, local development and cultural policies emphasizing the normative instruments of direction, constitution and orientation of public policies in the county of Itajubá, south of Minas Gerais. These possibilities bring with them the need for knowledge about the demands raised by the public representatives in the sense of

direction, intentions and priorities that they are following in the field of cultural policies, mainly due to the adhesion of the municipality to the National System of Culture (NSC) based on the National Plan of Culture (NPC). The objective is to apprehend the pre-existing intentions in the referrals, practices and actions of income generation through the Municipal Plan of Culture (MPC) of Itajubá. The approach assumes interdisciplinary character in that it considers the field observations of anthropology with dialogues with sociology, economics, public administration, political sciences and technologies, references by laws, documents and interviews with public managers. The MPC is only a starting point for thinking about cultural policies in Itajubá and the microregion, with extreme stimuli to the creation of previously non-existent organs capable of supporting the promotion of citizenship and of truly democratic projects.

Keywords: Culture; Cultural policies; Local Development; Municipal Plan of Culture; Culture and Development.

Introdução

Esta reflexão trata da relação cultura, desenvolvimento local e políticas culturais enfatizando os instrumentos normativos de direcionamentos, constituição e orientação de políticas públicas no município de Itajubá, sul de Minas Gerais. Relevante a apresentação dos elementos culturais, materiais e imateriais, relacionados aos empreendimentos, associações, entidades e pessoas interessadas na melhoria da qualidade de vida por meio de processos populares de geração de renda.

A cultura traz um conjunto de possibilidades harmônicas ao desenvolvimento entre perspectiva do econômico, social e ambiental. Reverbera ressignificações simbólicas, não sem tensão, sobre identidade, valorização do lugar e das coisas do lugar, das concepções de tradicional e moderno, de futuro e passado, de avanço ou retrocesso, de progresso e atraso e de alteridades que aparecem na constituição do imaginário social do município.

Essas possibilidades trazem consigo a necessidade de conhecimento sobre as demandas levantadas pelos representantes públicos no sentido da direção, intenções e prioridades pelas quais elas estão seguindo no campo das políticas culturais, principalmente em razão da adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), com base no Plano Nacional de Cultura (PNC).

Itajubá, nos termos da promoção do desenvolvimento, elabora um Plano Municipal de Cultura (PMC)⁷, associado à prospecção estadual de políticas públicas culturais com a devida aderência às proposições de abrangência nacional⁸. O PMC estabelece, ao menos no horizonte normativo, as pretensões para o fomento das políticas públicas de valorização da cultura local.

⁷ O Plano Municipal de Cultura de Itajubá (MG) é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura (SMC). Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?id=17311>>. Acesso em: 09 de maio de 2017.

⁸ Instrumento político instituído no Brasil no ano de 2010, o Plano Nacional de Cultura foi estabelecido com parâmetros orientadores na Lei nº 12.343.

Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>>. Acesso em: 02 de abril de 2016.

A valorização das “coisas” de Minas Gerais⁹ – montanhas, picos, pedras, rios, cachoeiras, estradas, circuitos, costumes, queijos, quitandas, cachaças, tambores, festas, patrimônios, prosas, contos –, em termos de desenvolvimento local, promove a pertinência às políticas culturais ou políticas públicas culturais e impõe trazer à discussão outras questões implicadas nas vertentes conceituais hegemônicas atreladas ao desenvolvimento, ou seja: ultrapassar as noções funcionalistas ou comportamentais de gestão, eficiência, negócio do mercado, lucro, competição.

Desde as possibilidades do local não se desconsideram as necessidades econômicas implicadas nesse processo, mas há que se caracterizar o conceito de desenvolvimento por outras entradas para se configurar, a partir do esforço do município, as suas posições distintas na promoção do envolvimento do receptor, agente de seu próprio desenvolvimento, com a cultura pela importância de seus valores e experiências. Portanto, as experiências dos agentes do desenvolvimento local merecem ser estudadas sem perder de horizonte as estratégias democráticas de superação das desigualdades econômicas, princípios norteadores das práticas e ações do SNC, do PNC, extensivo ao PMC.

Na abordagem da relação cultura-desenvolvimento e considerando a realidade de Itajubá, pergunta-se: o PMC e os discursos públicos efetivam em suas práticas processos de geração de renda tomando de referência as dimensões socioculturais do município? A resposta não parece ser fácil.

O argumento que organiza esta pergunta é a de que a sociedade industrial moderna, tecnológica e informacional, promoveu uma metamorfose no mundo do trabalho (ANTUNES, 1995), cujos reflexos reverberam nas dinâmicas que os gestores constituem para criar postos de trabalho, minimizar as desigualdades econômicas e movimentar a economia do lugar. Por outro lado, a propaganda e os ingredientes que compõem a imagem do município passam pela valorização dos elementos presentes na cultura.

As questões da divulgação da imagem e da seleção dos elementos que representam a cultura local passam a ser o complicador à própria efetivação de um plano de cultura, em termos de processos populares de geração de renda, de estratégias de minimização das desigualdades e de desenvolvimento.

⁹ Um primeiro exercício para a reflexão sobre cultura e desenvolvimento local foi elaborado no texto “As coisas de Minas”: questões sobre desenvolvimento e turismo. Ver Pimenta (2017, p. 153-180).

O local tem o potencial de promover o atendimento das necessidades da população, mediante a condução das políticas culturais. Contudo, as noções de desenvolvimento devem equilibrar o bem-estar da coletividade e efetivar a cultura sem hierarquizações, mas acima de tudo promover a superação de práticas exclusivamente voltadas ao crescimento econômico e que potencializem as manifestações coletivas, distributivas e solidárias dos grupos, associações e pessoas envolvidas.

Da pergunta formulada e da caracterização de partida objetiva-se apreender, por meio de documentos legais e dos argumentos dos gestores públicos, as intencionalidades preexistentes nos encaminhamentos, práticas e ações de geração de renda a partir do PMC de Itajubá. A interpretação dos dados envolve o entendimento, mesmo que de forma concisa, do conceito de desenvolvimento e de cultura empregados no texto legal, mas fundamentalmente, das concepções e formatações de políticas pensadas pelos gestores públicos que elaboram a pauta e os agenciamentos institucionais no campo da cultura, dos saberes e dos processos de geração de renda.

Do ponto de vista teórico-metodológico o estudo assumiu uma abordagem de caráter interdisciplinar em que considera as observações de campo da antropologia interpretacionista na busca das produções do sentido, a análise sociológica do fenômeno social estudado, composta por documentos e relatos obtidos por meio de entrevistas. Essa abordagem também abre perspectiva de diálogos com a economia, administração pública, ciências políticas e as tecnologias, circunscritas aos aspectos e processos técnicos de produção, elaboração e confecção dos artefatos.

O material estudado compõe-se de um conjunto informações extraído dos resultados obtidos no projeto Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul do Estado de Minas Gerais. Para essa reflexão restringiu-se às informações obtidas do município sede da microrregião de Itajubá no período de outubro de 2016 a setembro de 2017.

Na formatação dos argumentos privilegiados tomou-se o cuidado de caracterizar o que se chama de cultura, desenvolvimento local e suas correlações com os processos populares de geração de renda, com base em escolhas teóricas de partida, de documentos analisados, das observações e dos relatos coletados.

Do ponto de vista dos instrumentos de coleta de dados utilizou-se: a) da técnica de observação de campo, com a pretensão de identificar os processos e as práticas de concepção, elaboração, confecção e comercialização de bens culturais artesanais em feiras e

associações; b) de entrevistas e diálogos informais, efetivados sem um roteiro pré-estabelecido, mas dentro de um conjunto de preocupações de partida centralizado nas percepções dos gestores de políticas públicas culturais; c) de documentos públicos elaborados a partir da adesão ao do Sistema Nacional de Cultura com referência a Leis, orientações normativas e projetos que envolvam geração de renda; d) de imagens oficiais ou fotografias que tragam elementos para a compreensão do fenômeno.

A coleta de dados foi executada em três etapas. A primeira etapa se efetivou o levantamento dos documentos públicos vinculados às prospecções de políticas públicas no campo da cultura. O roteiro estabelecido pelo SNC trouxe a necessidade de leitura dos PNC e PMC de Itajubá, bem como normatizações (Decretos de Lei, Leis e publicações oficiais do município), no sentido de localização das intenções, práticas e ações do poder público local em dinamizar processos populares de geração de renda.

A leitura e sistematização dos documentos públicos evidenciaram um roteiro de perguntas, de questionamentos e de intencionalidades circunscritas ao papel do poder local e aos limites de atuação às pessoas interessadas sobre políticas de geração de renda. Após, realizaram-se visitas de aproximação junto às Secretarias de [Cultura e Turismo](#), de [Ciências, Tecnologia, Indústria e Comércio](#) e de [Desenvolvimento Social](#), sem perder de horizonte as políticas nacionais aplicáveis ao tema. Nas Secretarias houve continuidade ao levantamento de documentos e informações dentro das pertinências da proposta.

A segunda etapa, consequência da primeira, ganhou relevância quando os relatos sistematizados trouxeram um conjunto de questionamentos. Os dados obtidos por meio de observações e diálogos informais ganharam anotações em um diário de campo e em imagens fotográficas. A proposta foi a de permitir as valorizações das impressões de campo sobre o lugar, as pessoas, as coisas e os sentimentos.

Nessa etapa realizaram-se as observações sobre o cotidiano dos artesãos em seus pontos de venda, feiras, ateliês, associações e processos de produção dos artefatos, em que se registram os fazeres e os saberes do artesão. Esse exercício de campo teve a intenção de identificar o que acontece, por meio de acompanhamento das atividades e da organização, na rotina de trabalho dos observados, como também permitiu a aproximação e acolhimento dos envolvidos. Após, realizaram-se entrevistas com quatro gestores públicos, cuja

expectativa era a de que eles contassem suas visões de mundo, dificuldades, limites e concepções sobre suas experiências.

A escolha dos entrevistados está associada a dois fatores distintos, os quais respeitavam a disponibilidade das pessoas em participar da pesquisa durante as conversas informais realizadas. Também foram considerados: 1) a disponibilidade de participação na pesquisa, sem perder de orientação o critério de garantir o equilíbrio de relatos entre gestor público e artesão; 2) o conhecimento que tinham sobre políticas culturais, no sentido de que permitissem trazer argumentos elaborados.

Registra-se que todas as entrevistas e conversas foram efetivadas em caráter dialogal como o uso de recurso de gravação e registro fotográfico. Na fotografia, evitou-se o uso da imagem das pessoas e o foco evidenciou o objeto, o artesanato e o artefato. As perguntas tiveram elaborações a partir de temas memorizados em que a intervenção da conversa ou a formulação de nova pergunta acontecia para a continuidade do relato. Fragmentos dos diálogos, com base na sensibilidade do pesquisador, também foram registrados em caderno de campo, o que ocorria após a saída do local da entrevista, estratégia que permitiu maior liberdade de expressão, espontaneidade e atenção entre os participantes.

Registra-se que todos os instrumentos de coleta de dados utilizados tiveram a anuência dos envolvidos. Registra-se também que, por questões éticas, os nomes dos participantes foram suprimidos para garantir o sigilo das informações e que não houve a formalização junto ao Comitê de Ética pela especificidade da pesquisa, mas que se tomou o cuidado de que todos os participantes assinaram o Termo de Livre Consentimento. Registra-se ainda que todas as afirmações formuladas foram extraídas dos relatos, falas e argumentos dos participantes e quando referenciadas na literalidade mencionou-se apenas uma inicial fictícia do primeiro nome do entrevistado.

A terceira etapa converge o cruzamento entre os documentos e os relatos coletados em campo, mediados pela teoria privilegiada. E, desse ponto de vista, os procedimentos de análise, as escolhas e critérios se justificam com base nas sugestões de Pierre Bourdieu (1997), contidas no capítulo ‘Compreender’, o qual está disposto no livro ‘A Miséria do Mundo’.

Nessa perspectiva, a pesquisa passa a entender os processos e as normativas de políticas culturais voltadas para geração de renda dentro de um campo de forças e de disputas em diversos formatos de capital: político, social, cultural, econômico, simbólico. Estes trazem as possibilidades de constituição de *habitus*, por imposições de arbitrários

culturais categorizados ou não no que o autor denominou de “violência simbólica”. Cotejado o conjunto normativo, as intencionalidades das políticas culturais, os relatos, as práticas, as ações, os objetos e as relações pode-se apreender a “dissimetria social” (BOURDIEU, 1997, p. 695), em termos de uso do capital simbólico presente no artesanato, no artefato e nos processos de geração de renda.

No esforço de simetria tentou-se não deixar de lado as impressões e os sentimentos dos participantes da pesquisa, pesquisador e pesquisado, o que permitiu perceber as apostas do poder público e das pessoas envolvidas. Pela noção de ‘campo’ de Bourdieu (1997) pode-se localizar os discursos hegemônicos, as rupturas, as resistências a esses discursos, a possibilidade de novos sentidos, os quais permitem representar mudanças no cenário da sobrevivência e da qualidade de vida de muitos.

O artigo está dividido em três partes: a) caracterização geopolítica do município de Itajubá e considerações sobre aspectos do PNC e do PMC; b) dimensões teóricas sobre a relação cultura, desenvolvimento e políticas culturais como elemento de possibilidade do desenvolvimento local; c) concepções, intenções e visões dos entrevistados sobre geração de renda e políticas públicas no campo da cultura.

Caracterização do Município de Itajubá: realidade e prospecções

O município de Itajubá, situado no sul de Minas Gerais, região que tem buscado manter elementos culturais, materiais e imateriais, e direcionem esforços em prol do desenvolvimento local. Na microrregião é qualificado como importante polo tecnológico, industrial e de serviços ao Estado de Minas Gerais.

Agrega, como polo da microrregião, 13 municípios: Brazópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguinho, Piranguçu, Virgínia e Wenceslau Braz. Está situada na mesorregião do sul de Minas Gerais. Com população estimada em 96.523, quase a metade da população da microrregião (189.785 mil habitantes), cuja área territorial é de 294.835 Km² e IDHM de 0,787 (IBGE, 2016). Resulta em município de médio porte, destaca-se como o maior da microrregião, gerando emprego e renda para os demais municípios vizinhos.

Tabela 1: Características do município de Itajubá

População (2010)	População estimada (2016)	Área da unidade territorial em Km ² (2010/2016)	Densidade Demográfica hab/Km ² (2010)	Densidade Demográfica hab/Km ² (2016)
90.658	96.523	294,84	307,49	327,38

Fonte: elaborada a partir dos dados do IBGE (2010; 2016)

Tabela 2: População urbana e rural

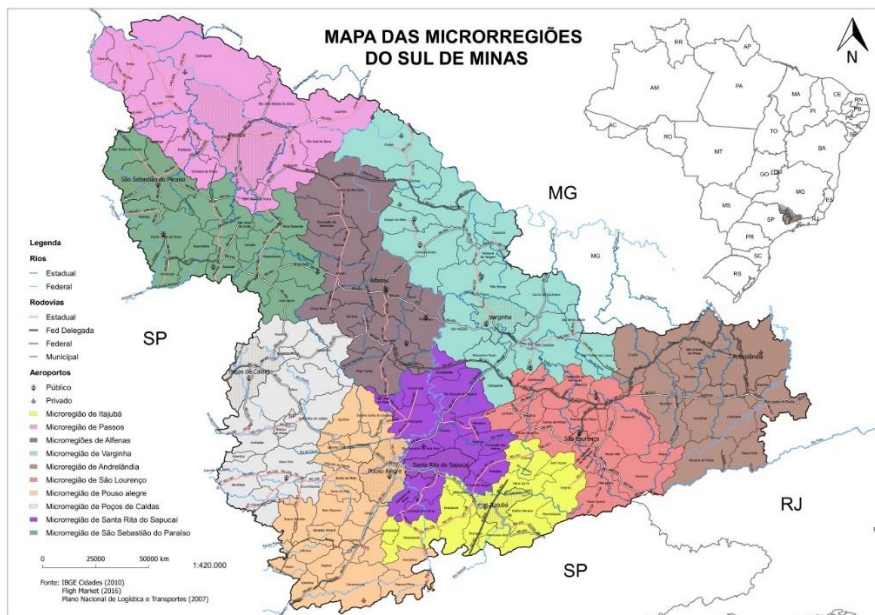
População urbana (2010)	82.764	91%
População rural (2010)	7.894	9%

Fonte: elaborada a partir dos dados do IBGE (2010)

Quanto à localização geográfica, está situado na Serra da Mantiqueira com proximidade do Vale do Paraíba Paulista em 90,9 Km pela via BR 459. Configura em um fluxo de mercadorias ao Sudeste brasileiro pela rodovia federal BR 459, mas se conecta a duas das principais rodovias do país: (a) Fernão Dias e (b) Presidente Dutra. Também, pela proximidade, se conecta ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

O município exerce influências sociais, culturais, políticas e econômicas à microrregião e se destaca como polo formador de quadros profissionais em face da consolidação das faculdades, centro universitário e universidade federal. Destaca-se ainda pelas indústrias e comércio instalados e que geram empregos e rendas para os municípios que compõem a microrregião, o que confere a Itajubá o papel de polo e centro de importância ao desenvolvimento econômico do sul de Minas Gerais.

O Mapa (Figura 1) mostra a disposição geográfica dos municípios da microrregião de Itajubá, identificada pela cor amarela, divisa com a Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista.

Figura 1: Mapa da microrregião de Itajubá

Fonte: elaborado pelo NEID (2017).

Parte-se do pressuposto de que a microrregião de Itajubá tem um papel importante no desenvolvimento local e regional, mas “camufla” a realidade socioeconômica da microrregião. Em se tratando de realidade social a pesquisa de Andrade e Ferreira (2013) demonstrou que este aspecto é mascarado pela “pujança” econômica do município de Itajubá, cuja renda *per capita* atinge R\$ 948,20, por mês¹⁰.

A leitura sobre a realidade da microrregião para compreensão dos processos de institucionalização de políticas de geração de renda, por meio das políticas culturais, o artesanato e os saberes populares passa a ser a preocupação central dessa proposta, especificamente no sentido de estabelecer como as políticas econômicas do município de Itajubá somando-se aos esforços de corresponsabilidade com a sociedade civil, promovem os instrumentos normativos e efetivos de desenvolvimento.

¹⁰ Esses dados foram extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Acesso em 20 de dezembro de 2017. Ver: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itajuba_mg.

Os autores citados trazem números significativos extraídos no período de 2003 a 2012 do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, IBGE, IPEA, FJP e PNUD para afirmar que há precariedade socioeconômica da microrregião de Itajubá (ANDRADE; FERREIRA, 2013). Registram que o percentual da população abaixo da linha da pobreza na microrregião de Itajubá é de 28,65%, índice superior ao da macrorregião de planejamento do sul de Minas Gerais que é de 20,38%. O índice de Minas Gerais corresponde a 29,77% e do Brasil, 32,88%.

Registram também, ao analisar o quadro microrregional da perspectiva do contingente demográfico do município de Itajubá (46,3% do total da microrregião de Itajubá), que a realidade socioeconômica do município sede mascara os índices sobre a pobreza. Ainda que em situação mais favorável que a das demais localidades da microrregião, 19,3% da população de Itajubá se encontra abaixo da linha da pobreza, situação mais precária que de outros municípios da mesma posição hierárquica na rede urbana do Sul de Minas, quais sejam, os municípios de Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre, Passos e Lavras, os quais compõem as sedes das unidades microrregionais da mesorregião denominada de Sul de Minas Gerais (ANDRADE; FERREIRA, 2013).

Entender a importância do município de Itajubá na microrregião é de relevância nos termos de desenvolvimento de base local. Dentro dos argumentos dos supracitados autores, cabe deixar consignado que, dos dez municípios com maior percentual da população abaixo da linha da pobreza na mesorregião do Sul de Minas Gerais, seis estão na microrregião de Itajubá, o que implica uma enormidade de problemas e questões socioeconômicas, políticas, culturais e de gestão para serem minimizadas e equacionadas.

O tema da geração de renda, considerando os processos populares de geração de renda, traz em cena as dimensões da relação trabalho *versus* emprego. Vivemos, como anunciado pelas pesquisas de Ricardo Antunes (1995), uma metamorfose no mundo do trabalho em que a mão-de-obra, o trabalho braçal e a força de trabalho estão perdendo a sua pertinência, traduzido por um cenário de desemprego e transformações drásticas.

Pela perspectiva anunciada por Antunes e na referência aos dados levantados sobre as questões de diminuição das pessoas ocupadas e assalariadas no município de Itajubá, pode-se apontar que, esse movimento não está direcionado a uma suposta “crise” do sistema econômico e financeiro, mas sim a uma mudança de estratégia do mundo do trabalho.

Tabela 3: População e trabalho na microrregião de Itajubá (MG) em 2010

População censo (2010)	Economicamente ativos - potencial de mão-de-obra (2010) ¹¹	Pessoas ocupadas na posição de empregados (2010)	Desempregados (2010)	Pessoas com carteira assinada (2010)	Militares e funcionários públicos (2010)	Sem carteira assinada (2010)
90.658	44.901	31.939	12.962	24.919	1.743	5.277

Fonte: elaborada a partir dos dados do IBGE (2010)

Em relação aos números de ocupados no município de Itajubá havia em 2010 cerca de 32.050 pessoas ocupadas. Dessas, 27.167 eram assalariados. Nos anos que seguiram até 2015 observa-se um decréscimo da ocupação e do assalariamento, culminando em uma diferença para menos de 2.832 ocupados e de 3.170 assalariados. Esse movimento indica queda de postos de trabalho e de possibilidades de renda.

Sobre o ano de 2010, aponta-se que se somados os itens pessoas ocupadas na posição de empregados e desempregados atinge-se o universo de 44.901 pessoas que se encontravam economicamente ativas – economicamente ativos e potencial de mão-de-obra, mas que desses, 31.939 pessoas realizaram atividades formal ou informalmente. Dos 31.939 empregados, 24.919 possuíam carteira assinada, 5.277 trabalhavam sem registro¹², 1.743 eram representados por militares

¹¹ As informações contidas neste item “trabalho” foram extraídas dos dados do IBGE (2010). A partir deles, os pesquisadores elaboraram um conjunto de correlações para apontar as relações entre trabalho e desenvolvimento.

¹² Dados de cada município da microrregião foram coletados do site IBGE Cidades (2010) e em seguida somados para encontrar o número total de pessoas economicamente ativas, ocupados total, desempregados, com carteira assinada, que ocupavam cargos de militar e funcionário público estadual, bem como indivíduos que não possuíam carteira assinada durante o período de realização da pesquisa. O IBGE compreende como pessoas economicamente ativas aquelas cujo setor produtivo pode contar como potencial de mão-de-obra, isto é, abrange a população ocupada e a população desocupada durante o período de realização da pesquisa. Pessoal ocupado total, para o IBGE, são aquelas pessoas que num determinado período de referência trabalhavam, seja com carteira assinada ou não. Disponível em:

e/ou servidores públicos e 12.962 estavam desempregados na época de realização do censo do IBGE (2010).

Portanto, o número de desempregados (12.962 pessoas), com aqueles sem carteira assinada (5.277 pessoas) resultam 18.239 pessoas em condição de vulnerabilidade, no que tange a busca pelo trabalho formal e pela garantia de direitos. Esse número representa 40,62% da população economicamente ativa.

Tabela 4: Pessoal ocupado e assalariado

Ocupado (2010)	32.050	Assalariado (2010)	27.16
Ocupado (2012)	31.573	Assalariado (2012)	26.229
Ocupado (2013)	31.933	Assalariado (2013)	26.572
Ocupado (2014)	31.018	Assalariado (2014)	25.707
Ocupado (2015)	29.218	Assalariado (2015)	23.997

Fonte: elaborada a partir de dados do IBGE (2010; 2012; 2013; 2014; 2015)

As mudanças de diminuição do número de ocupados durante os anos de 2010, 2012, 2013, 2014 e 2015 foram acompanhadas pelo número de pessoas ocupadas assalariadas, o que pode indicar mudanças de estratégias do sistema produtivo, no sentido de efetivação de base tecnológica ao processo produtivo, da diminuição da necessidade de mão-de-obra convencional e de processos de desaceleração da economia.

Desses pontos, a diminuição dos números de pessoas ocupadas e assalariadas pode significar a valorização da arrecadação ao invés de criação de novas frentes de trabalho. Esta perspectiva representa os esforços e investimentos que o município faz, por meio de sua Secretaria de [Ciências, Tecnologia, Indústria e Comércio](#), cuja prioridade é a de implementação da segunda fase do parque tecnológico do município. Existe a aposta de que nos espaços tecnológicos surgem muitas ideias de negócios, pois no argumento de “C” as empresas de base tecnológicas “(...) conseguem um faturamento alto e trazem impostos significativos à municipalidade”.

Necessariamente o aumento da arrecadação não implica geração de renda e novos postos de trabalho. Por essa perspectiva é que se faz instigante apostar, também, em processos populares de geração de renda. Em outras palavras, a ideia de que as empresas de base tecnológica geram frentes de trabalho ou aumentam o

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

faturamento da municipalidade pode não ser verdadeira e não ter o impacto no aumento de postos de trabalho e na geração renda e de negócios, como se anunciam.

Sabe-se que a Prefeitura Municipal de Itajubá, embora tenha um acompanhamento do fluxo de empresas e efetivação de novos postos de trabalho/emprego por meio do Departamento de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, não possui estatísticas sobre empregabilidade, ocupação e geração de renda, quer seja pela informalidade ou por trabalhos esporádicos.

Dentro desse quadro de questões é que se destaca o SNC ao propor um campo de possibilidades sobre economia, especificamente sobre economia da cultura, a qual engloba práticas de economia criativa, economia solidária, mercados institucionais e processos populares de geração de renda.

O SNC surge como mecanismo de compartilhamento de informações entre federação, estados, municípios e sociedade civil, a respeito de políticas públicas de cultura desenvolvidas a partir das orientações do PNC. O documento de abrangência nacional (BRASIL, 2011, p. 9), responsável por nortear o SNC, propõe uma estrutura com três dimensões complementares, a cultura como expressão simbólica, como direito à cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico.

Ambas as dimensões são abordadas nos dezesseis objetivos do PNC (BRASIL, 2010, p. 2-3), previstos no artigo 2º da lei nº 12.343, quais sejam:

I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;

II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;

III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;

IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;

V - universalizar o acesso à arte e à cultura;

VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;

VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;

IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;

X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;

XI - qualificar a gestão na área cultural, nos setores público e privado;

XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;

XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;

XIV - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;

XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;

XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural.

O PNC é orientado pela crescente preocupação em enfatizar a diversidade cultural, em promover a patrimonialização da cultura e em fomentar a economia da cultura. Também se propõe a capacitar agentes culturais públicos e privados, a utilizar esses sistemas de gestão cultural, bem como promover a participação da sociedade nas discussões de políticas culturais. A partir do Plano vê-se normatizadas as preocupações de preservação e a intenção de constituir indústrias culturais, sem perder de horizonte a produção artística com lucro. Inclusive atribui à cultura um caráter de geração de bens materiais e imateriais. Embora instituído na esfera federal, orienta e responsabiliza o poder público local, sociedade civil, associações e agentes do desenvolvimento em planejar, organizar e executar políticas públicas, projetos e ações de âmbito cultural.

Em escala local, o PNC traz as ferramentas para a formação de estrutura adequada dentro das prefeituras no sentido de dar suporte às políticas culturais, mas também compreende a participação de agentes públicos, privados e sociedade nas discussões e formulação das agendas públicas municipais no campo da cultura, o que eleva a condição de poder ser um espaço democrático, aberto, como ponto de partida para o desenvolvimento local.

A adesão ao SNC, então, surge em Itajubá a partir de uma demanda de âmbito federal, cujo interesse envolve o fomento às políticas culturais e exigências de constituição de uma estrutura adequada para dar suporte a tais instrumentos normativos. Nesse momento, o compromisso assumido pelo poder público municipal ao assinar o Acordo de Cooperação Federativa, efetiva-se em novembro de 2013.

Após a adesão ao SNC, a própria sociedade civil e agentes culturais, em conjunto, desenvolveram o PMC de Itajubá, cujos fundamentos basearam-se nas diretrizes do PNC e nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Em seguida, o mesmo passou pelo poder público, no qual foram realizadas algumas adequações, e aprovação por meio da Conferência Municipal de Cultura¹³, que se deu em 7 de dezembro de 2015, por meio da Lei Ordinária nº 03134.

Essa diretriz de ordem nacional fez com que o município estabelecesse uma Lei Orgânica em que dispõe sobre a cultura como direito do cidadão e descreve como se constitui o patrimônio cultural do município. Conjuntamente, normatizou-se um Sistema Municipal de cultura sob a promulgação da Lei nº 30006/2013 e do Decreto de Instituição do Conselho Municipal de Cultura nº 5669/2015, elementos essenciais e estruturais exigidos pelo PNC.

Em termos de estrutura, as políticas culturais do município são alocadas na Secretaria de Cultura e Turismo, direcionadas por uma Diretoria de Cultura, Conselho de Patrimônio Cultural e Conselho de Política Cultural. Todas as discussões, ações, planejamentos e práticas no campo das políticas culturais são fomentadas por tais instâncias e orientadas pelo PMC de Itajubá. Em linhas gerais, embora o SNC tenha caráter coletivo, solidário e de cooperação, no que tange as questões de geração de renda, sustentabilidade e desenvolvimento local, as intencionalidades municipais, no campo prático, circundam dentro da lógica produtiva e do consumo.

Não se trata de demonizar o universo econômico, muito menos de negar a sua importância. Pelo contrário, ele pode estar atrelado à discussão sobre desenvolvimento e cultura, mas para isso deve ser entendido de forma que supere modelos hegemônicos e conjecture alternativas concretas de sobrevivência para indivíduos que se encontram na subalternidade.

A cultura assume um campo de possibilidades para captação de recursos, conforme apontado por Yúdice (2006), pois permite a produção e distribuição de bens artísticos, como filmes e músicas, além de uma atribuição turística com a patrimonialização de bens culturais. A abordagem do PMC de Itajubá segue as diretrizes e exigências do PNC. Ao tratar do desenvolvimento econômico, o documento municipal, por muitas vezes, intenciona à cultura

¹³ De acordo com o Plano Municipal de Cultura, a conferência foi realizada em 19 e 20 de agosto de 2015 com a participação do poder público e sociedade civil. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?id=17311>>. Acesso em: 09 de maio de 2017.

direcionamentos que convergem ao crescimento econômico. Ou seja, em diversos momentos, o documento restringe o campo de possibilidades que o termo cultura abarca. Contudo, outros parâmetros são presentes em um trecho que ganha destaque por estar próximo às pretensões desse artigo:

[...] em todas as possibilidades e sentidos que a acepção do termo oportuniza, como o fomento, preservação, criação, produção, formação, fruição, difusão, além da economia da cultura, que constitui o direito fundamental do ser humano. Além disto, o setor deve ser entendido, enquanto agente produtivo e atuante, como um vetor de desenvolvimento econômico e um dos elementos propiciadores de inclusão social. (ITAJUBÁ, 2015, p.7).

[...] É um fator de importância histórica e econômica que gera vínculos, inclusão social e riquezas. (ITAJUBÁ, 2015, p.8).

Normatizada ou não, a cultura se apresenta como uma das alternativas de práticas que podem solucionar questões de exclusão social, de crescentes processos de desigualdade de renda e de desemprego. Traz ,também, caminhos conceituais que a estabelecem como um direito fundamental com capacidade de gerar diversas significados e atributos de sobrevivência e sustentabilidade para lugares e pessoas. Portanto, dessa prospecção é que se arriscam os apontamentos teóricos no campo da relação cultura, desenvolvimento e políticas culturais.

Políticas Culturais e Desenvolvimento: perspectiva teórica-conceitual

A reflexão sobre a relação cultura, desenvolvimento e políticas culturais pressupõe ouvir as vozes do gestor público e principalmente das pessoas envolvidas, partindo da realidade do município de Itajubá e dos processos populares de geração de renda, dentro da microrregião em que é sede, conforme indicado anteriormente.

Desse indicativo utiliza-se do argumento de Barros (2008), o qual afirma que a relação entre desenvolvimento e cultura permite: (a) o crescimento autossustentado; (b) a harmonia no que tange lógicas do símbolo e razão do mercado; (c) o reconhecimento da diversidade da cultura diversa como aquela que resulta das trocas multiculturais. Melhor harmonização entre o simbólico e a promoção de outro lugar de comercialização dos bens culturais é possível no tocante ao resgate do sentido de desenvolvimento humano.

Da perspectiva teórica, a cultura, é abordada como “instrumento de cidadania democrática agenciada”, termo utilizado por Carvalho (2013, p. 50), por permitir que as diferentes formas de expressão, como os saberes-fazer, a linguagem, a música, a dança, as artes, o artesanato, entre outros, façam parte das esferas da vida econômica, social e ideológica que permeiam entre as pessoas e grupos.

Ressalta-se que a esfera socioeconômica quando relacionada à cultura, pode possibilitar a superação da lógica do capital, sendo o econômico abordado pelo viés que supera o lucro e conjectura-se como alternativas concretas de sobrevivência para as pessoas que se encontram na subalternidade.

A cultura é caracterizada como um campo de disputa que permite diversas possibilidades, quando valorizada e incentivada por dispositivos efetivos, no sentido de fortalecimento do desenvolvimento pela ótica socioeconômica, sustentável, cultural e local. Pimenta (2016, p. 53), ao apresentar apontamentos sobre políticas culturais no Brasil na contemporaneidade afirma a importância da formação de elementos normativos baseados na promoção da cidadania e pautados em princípios democráticos.

A questão que se impõe é: o que estamos chamando – texto legal, gestores públicos e envolvidos no processo de geração de renda – de cidadania ou democracia? Há uma polifonia de vozes contraditórias e incompreendidas, o que transformam seus usos em “chavões” ou “retóricas”. Os conceitos de cidadania e de democracia estão implícitos e implicados no campo das políticas culturais.

No plano normativo, as questões da cultura, da economia e das políticas culturais se pautam em princípios e fundamentos da democracia¹⁴. A democracia, ainda em consolidação, traz em seus agenciamentos e enunciados a possibilidade instrumental de cidadania e de práticas democráticas, não sem apelo às referências e às pressões locais e externas.

Para Lopes (2015, p. 76), em suas investigações sobre políticas culturais, comunidades e patrimônios no Brasil, o exercício da dúvida tem pertinência: “existe uma relação entre a diversidade cultural e a biodiversidade?”. Complementa: “se existe, qual é a forma, o

¹⁴ Os conceitos de democracia e cidadania podem ser vagos ou esvaziados de significados se utilizados como meros recursos retóricos. Neste texto, têm a pertinência dos limites e definições estabelecidas no PNC e no SNC. Não cabe fazer uma sobreposição de posições ideológicas, mas de identificar o que os documentos preconizam no campo das políticas culturais.

mecanismo pelo qual ela atua?”. Da perspectiva do autor, as respostas se configuram no universo empírico levantado pelo Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil (LAPCAB)¹⁵.

Pensar a biodiversidade como promove Lopes (2015), extensivo às preocupações de Barros (2016), impõe explicitar os conceitos de cultura, em sua complexa abrangência na contemporaneidade, e de diversidade cultural, no campo das configurações normativas e suas aplicabilidades, as quais nos organizam enquanto universo legal. De qual aspecto da cultura estamos falando? O que é diversidade cultural nos textos normativos sobre políticas culturais?

Da perspectiva da cultura, reverbera-se que no surgimento da sociedade industrial moderna é que se opera a ruptura entre Natureza e Cultura, produzindo consequências à ordem das sociedades, face às severas transformações econômicas, políticas e sociais, estruturais, desencadeadas pelas concepções de ciência, de tecnologia e de propriedade privada.

Esse movimento está contido na ideia de progresso e trouxe consigo desigualdades, distanciamentos socioeconômicos e processos socioculturais preocupantes, em razão do conhecimento tecnocientífico ter inviabilizado, naquele contexto histórico, outras experiências, o que Boaventura de Sousa Santos (2000) denominou de “desperdício da experiência”.

Em Pimenta (2015, p. 64), esse processo pode ter sido configurado pelo “embaralhamento do objeto e das preocupações historicamente consignadas nos argumentos filosóficos, antropológicos e sociológicos à identificação de como o homem transforma” (sic). De forma prática, essa transformação provocada pelo homem, enquanto ação social, também permite a reorganização, reelaboração, reconstituição, reconstrução, em que “baliza, sintetiza e edifica suas concepções de mundo e de cultura”.

A lógica cartesiana promoveu os distanciamentos entre este (cultura) e a natureza, em que se deu a devida precisão à ciência e às coisas, abrindo espaços para outras configurações fora de marcos vinculatários natureza-cultura. Na atualidade, pelas reconfigurações desses marcos, vê-se em cena as questões da diversidade cultural e, pela ciência do homem, observam-se as tentativas de religação entre natureza e cultura. Como consequência, verificam-se, por meio de

¹⁵ Trata-se de uma rede de pesquisadores sobre Políticas Culturais, a partir dos resultados de pesquisas organizadas pelo LABCAP. Para mais informações acessar a página www.facebook.com/lapcab.

enunciados teóricos, agenciamentos conceituais e estratégias práticas, as possibilidades de proteção e de promoção da diversidade cultural.

Desse turbilhão de tensões que o tema da cultura e da diversidade provocam, a cisão natureza-cultura e as consequências entre concepções de cultura erudita e cultura popular estão presentes ou se apresentam. A dinâmica da cultura nos é escape. As ações, as retroações e as trocas são escapes e, presentes, o tempo todo, transcendem o determinante, o determinado, o instituído, o institucional, o significante, o significado. A cultura tem vida própria, mas se faz importante a formação de elementos normativos que a preserve e a permita se reconstituir, metamorfosear.

As propostas, ações e metas do SNC, do PNC e do PMC de Itajubá vislumbram-se em encaminhar posições mínimas sobre determinado posicionamento-escolha em relação ao campo da cultura. Em termos concretos, as normativas contidas nos documentos de políticas culturais não limitam maior permeabilidade para ultrapassar os rótulos conceituais, mas não é, pois, tarefa tranquila. Caracterizada pela complexidade das relações presentificadas em nosso tempo, a cultura pode ser entendida como um

conceito-armadilha [...] composta por padrões, regras, instituições. [...] é fábrica da ordem, reprodução do instituído. [...] identificada à superestrutura, bifurcada em cultura científica e cultura das humanidades, da cultura erudita e cultura popular. [...] é um circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões, modelo, modalidades de existência, saberes. (CARVALHO, 2013, p. 49).

Antes de avançar se faz importante deixar consignado que esta proposição não está filiada à teoria da complexidade ou ao multiculturalismo ou ao relativismo ou ao estruturalismo ou a qualquer rotulação que a valha. A cultura é polifônica e tem múltiplas facetas, as quais ultrapassam os meros registros descritivos ou narrativos. A consolidação das políticas culturais, por meio da economia e dos processos populares de geração de renda, passa pela constituição de um campo de direitos, efetivos e que se efetivem, que compreendam, harmonicamente, as facetas e as polifonias da cultura.

Dentro da realidade estudada não se pode excluir a existência de hierarquizações, por meio de elementos legais, retóricos e discursivos, em que se limita e se nega as diversidades das políticas culturais. Reconhecer e respeitar esse aspecto impõe o enfrentamento

aos conflitos e uma leitura mais alargada que sobreponham às dimensões funcionais, organizacionais e positivas do campo da cultura.

Pela lógica da cultura ordinária (WILLIAMS, 1992), se privilegia a experiência coletiva ao estabelecê-la como sendo um modo de vida. Das caracterizações do desenvolvimento industrial urbano (FURTADO, 1974), resulta de um processo latente de constantes transformações de competição e de sobrevivência. Trata-se de um “poder simbólico” (BOURDIEU, 1974) em que as relações culturais são inscritas num campo de conflitos que expressam as tensões promovidas pelos mecanismos de competição, concorrência, disputa, individualização, resistência, classificação, reclassificação e desclassificação que esta sociedade promove.

Caldeirão em efervescência, as diversas manifestações culturais não podem ser desconsideradas dos movimentos de locais e globais, os quais promovem outras e novas configurações em tendências que evidenciam outros e novos hábitos e práticas, com constância. Em outros termos, “a cultura se debate entre pressões locais e injunções universais” (CARVALHO, 2013, p. 50).

A todo instante se vê colocada em xeque a tradição, o local, a memória, no sentido de busca por uma padronização e homogeneização cultural, uma vez que a “modernidade cria passado imediato, história, de forma desenfreada, assim como cria alteridade, ao mesmo tempo em que pretende estabilizar a História e unificar o mundo” (AUGÉ, 1997, p. 26). As injunções universais estão em andamento por um discurso de consenso promovido na contemporaneidade, caracterizado por uma padronização dada pela aceleração da História e diminuição do planeta. Trata-se de consequências das revoluções tecnológica e informacional que multiplicaram a circulação de informações em um tempo nunca antes visto. Contudo, a diversidade cultural resiste e coexistem¹⁶ em modelos homogêneos e hegemônicos (AUGÉ, 1997).

Nessa lógica, o homem constrói contradições assumindo elementos destrutivos para a própria vida. Ou seja: “devastamos os ecossistemas de tal maneira que hoje, na primeira década do século 21, vivemos sem garantias futuras de usufruir de águas e terras” (CARVALHO, 2013, p. 66). Carvalho faz crítica ao modelo de vida degradante que a sociedade moderna propôs sem levar em consideração as gerações futuras.

¹⁶ De acordo com Marc Augé (1997), o grande desafio dos antropólogos é o de compreender sobre a coexistência na contemporaneidade, por gerarem uma crise de sentido e uma crise de alteridade.

Há um jogo de tensões que permeiam a cultura local e a cultura global em uma interface que determina “um tipo específico de dominação” (ORTIZ, 2006, p. 186). Essa dominação é percebida pelo autor no início do século XX, onde o Brasil buscava inserir-se na modernidade por meio de elementos como: “as asas do avião, os bondes elétricos, o cinema, o jazz-band, a indústria, eles procuravam por sinais da modernidade” (p. 187). Tais elementos agiam de forma a impor o moderno sobre o tradicional, ou na percepção de Augé (1997), do ‘consenso’ sobre o ‘desencantamento’ no âmbito da cultura. Processo esse fundamentalmente permeado pela utilização da memória seletiva que legitima ou refuta elementos da memória coletiva¹⁷.

Esses comportamentos, privilegiados pela nossa apropriação de desenvolvimento ou idealização de desenvolvimento, corroboraram, na prática, em limitar possibilidades emancipatórias no campo da cultura. As noções de progresso militar-tecnológico e de desenvolvimento econômico contidas no percurso que escolhemos devastaram potencialidades e expressões culturais baseadas na cultura “simples” ou do “homem simples”.

Da perspectiva das pressões locais, ressalta-se que a tradição e as artes, pensadas por Ortiz (2006), trazem mecanismos de legitimação específicos da cultura, que sofrem modificações na medida em que se tornaram produtos industriais em escala mundial. Pode-se destacar o artesanato enquanto modo de saber-fazer, que foge a lógica industrial, em que se permite a originalidade e a especificidade do artefato.

Quanto mais se questiona sobre o tema das políticas culturais sabe-se que as articulações têm limites e dificuldades de superação dos condicionamentos sociais propostos à cultura e aos agentes culturais. Equivale dizer que as disputas no campo da cultura têm seus desdobramentos referentes às táticas de inserções promovidas pelos diversos agentes culturais (TODOROV, 1999; YÚDICE, 2006; 2015).

As inserções, conscientes ou não, devem privilegiar processos de reelaboração de estruturas cognitivas que incorporem as diferenças, sem colonialismos, autoritarismos, conservadorismos, imposições de modelos ou modelizações, pois as mesmas tendências “[...] econômicas e sociais que incessantemente transformam o mundo que nos rodeia, também transformam as vidas interiores dos homens e mulheres que ocupam esse mundo e o fazem caminhar” (BERMAN, 2007, p. 410), mas também permitem novas e outras expressões de vida.

¹⁷ Para saber mais ver Nora (1993).

Vê-se, na passagem da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores, a exacerbação de individualismos narcísicos, das flexibilizações e frágeis relações de trabalho, da competência em detrimento de experiências comunitárias e coletivas. Esse resultado, não sem tensão e resistências, traz a sobreposição da hegemonia do mercado sobre a vida social e, sobretudo, sobre as tendências identitárias dos sujeitos.

Ao corroborar com Todorov (1999), acrescentando a definição de “supermercado cultural” de Hall (1997), Yúdice (2004) lança foco sobre como a cultura, ora utilizada enquanto recurso, ganhou legitimidade diante dos anseios pelo progresso econômico, constituindo em objeto de investimentos e ocupando lugar nas agendas políticas e econômicas.

Nestes novos ditames, todos os planos simbólicos de representação são absorvidos pela expansão social do consumo, tal qual descrito em Lipovetsky e Serroy (2015) ao averiguar a estetização da economia e chegando a algo muito próximo do que Bourdieu (1974) chamaria de mercado de bens simbólicos. Na dimensão das táticas de manutenção da cultura, autores como Froehlich (2003) e Lopes (2009) têm somado esforços para compreender como os agentes culturais constroem estratégias e tecem táticas diante desses quadros sociais complexos, construindo e reconstruindo suas identidades.

O laboratório vem do meio rural, em que apreende as vias pelas quais se constroem e reconstróem as identidades e as tradições. Froehlich (2003) observa nas festividades rurais uma constituição de símbolos tradicionais que buscam, acima de tudo, reconstruir a história e a tradição, evocando um tempo pretérito, para que este sirva como suporte à construção contemporânea da estruturação coletiva de identidade, em resistência aos já citados fluxos culturais globais. Busca-se agregar valor ao local, amalgamando um discurso identitário e revelando uma complexa estratégia de interesses nas tradições rurais, sua transformação em alternativa de produção e venda de simulacros e pastiches do local (FROELICH, 2003).

Movimento similar realiza Lopes (2009), relatando que uma cultura nunca se imobiliza a si própria, movimentando-se em dinâmicas ora estratégicas, ora táticas, mesmo diante do deslocamento entre tempo-espaço causado pela globalização. Ao reafirmar a diferença entre espaço e lugar estabelecida por Hall (1997), o autor considera que o “preço da manutenção das diferenças seria a sua desterritorialização, a perda do lugar cultural” (LOPES, 2009, p. 24). Em outros termos, seria a manutenção da própria cultura, com suas estratégias de resistência, o fator responsável por fazer emergir outros

centros e formas de pertencimento, rearticulando-se com os fluxos globais de informação (LOPES, 2009).

Ao pensar a valorização das experiências do saber-fazer dos artesãos, Pimenta e Mello (2014) identificam um conjunto de mecanismos de negociação que a cultura pode estabelecer dentro de processos de geração de renda, de resistências à imposição da cultura mundial, de valorização das políticas culturais e, acima de tudo, de reivindicar políticas públicas que evoquem a importância do local e das coisas do local. “Nem tudo são flores, neste proclamado mar de rosas!” (PIMENTA; MELLO, 2014), pois o que pode ser encarado como possibilidade, políticas culturais e respeito à diversidade, pode, dentro dessa dinâmica de relações de força, ser traduzido como novos agenciamentos ou imposição de novos e outros condicionamentos culturais (BOURDIEU, 1998).

Esse movimento, no entendimento de Pimenta (2014), fomenta e fortalece as constantes reduções do conceito de desenvolvimento à lógica do crescimento econômico, a qual não permite a proliferação da valorização de experiências coletivas, existentes, mas negligenciadas e desconsideradas, quando operada sobre a lógica da competição, da concorrência e da individualização. Salienta-se que não se tem um modelo ou caminho pré-estabelecido, pré-determinado, para constituição de um caminho coletivo, solidário e cooperativo aos processos de geração de renda, em termos de desenvolvimento local. Tudo está por construir. Apenas os princípios norteadores estão estabelecidos.

Em Sachs (2012) se vê o fortalecimento da ideia de fomentar um conjunto de estratégias que assegure e promova o emprego decente a todos e o autoemprego. A aposta recai sobre o papel do Estado na valorização e promoção de políticas culturais que façam valer esse trajeto. Também compete à sociedade a participação ativa na formulação e efetivação de estratégias. Contudo, as políticas de ordem cultural mesmo que não executadas pelo Estado assumem responsabilizações de ordem pública (PIMENTA; ALVES, 2010, p. 11).

Diante da realidade socioeconômica brasileira o Estado tem de autorizar e dar impulsos para um conjunto de políticas sociais compensatórias. Esse trajeto, não sem tensão, faz-se essencial enquanto existirem as discrepantes diferenças sociais e os níveis de distribuição de renda conhecidos hoje. Para além do emprego, há urgência também na promoção do acesso universal aos direitos básicos.

A cultura, no interior do debate sobre desenvolvimento, possibilita, seguindo a linha de argumento de Sachs (2008), o

surgimento de um “desenvolvimento sustentável”, ou seja, o alcance de todas as oito dimensões da sustentabilidade: ambiental; social; cultural; espacial; territorial; política nacional e internacional; e econômica. O caráter sustentável da proposta de Sachs refaz o trajeto distributivo do modo de produção industrial, do conceito de urbano, de cidade e da racionalidade moderna que coloca em oposição o rural e o tradicional.

Pode-se ressaltar, tomando como referência as posições de Dowbor (2001), que a nossa morada, a escola dos filhos, o médico da família, o espaço de trabalho e os hortifrutigranjeiros que consumimos se referem às atividades do local, o que nos faz considerar que a globalização não é geral: ela é ideológica. Enquanto ideologia permite constituir outros espaços de inserção social e econômica em diferentes plataformas organizativas horizontalizadas.

A lógica do crescimento ou do desenvolvimento puramente econômico desconsidera a existência de outras experiências. Santos (2004) discorre sobre os desperdícios de conhecimento que o mundo ocidental fez e faz. Da premissa do autor, da noção de desperdício pode-se referendar que a experiência social no mundo é muito mais ampla e variada do que se configurou na tradição científica ou filosófica ocidental, bem como do que conhecemos e consideramos importante. Pois, como o referido autor demonstra tem-se que aquilo que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, ou seja, uma alternativa não-crível ao que existe.

É a lógica da competição, da concorrência e da individualidade que dita as propostas de crescimento e estabelece as atuais concepções e noções de desenvolvimento. Porém, o local tem possibilidades de se configurar em aposta para o surgimento das alternativas de enfrentamento desse modelo de organização societária injusto e desigual, pela perspectiva da coletividade, da sustentabilidade, da cooperação, da confiança e de segurança.

Políticas de Geração de Renda: concepções de partida

A proposta deste subitem é a de apresentar as concepções de cultura pelas vozes do gestor público e das pessoas envolvidas com processos de geração de renda para, *a posteriori*, tentar estabelecer um ponto de partida de reflexão sobre economia da cultura por meio do PMC de Itajubá. A força das vozes coletadas em campo pode colocar em evidência as escolhas teórica-conceituais sobre cultura, desenvolvimento e políticas culturais, além de permitir

encaminhamentos quanto às intencionalidades e às práticas das políticas culturais no município.

Os discursos dos representantes públicos contemplam os aspectos do crescimento econômico e, em nenhum momento, fazem relações com a economia da cultura, nos termos aqui apresentados. Entre uma narrativa e outra sobre políticas culturais aparece o tema do turismo, do patrimônio material e imaterial e do ICMS cultural, mas sempre adicionado por expectativas do que chamam de “empreendedorismos culturais”.

Salienta “S” que “nós somos um berço cultural! Itajubá é um berço!”. Para elucidar o que chama de berço acrescenta: “nós temos muitos artistas, muuuuito bons, que talvez não sejam tão empreendedores como outros que a gente vê por aí, né! (...) que não conseguem ainda viver da arte”. Acrescenta ainda que a municipalidade tem discutido muito com os artistas e interessados algumas práticas que contribuam para a venda da arte, mas que o artista não deixe de se sentir artista, ou seja: “(...) a gente anda discutindo muito sobre essa parte (...) de como fazer o artista vender o trabalho dele sem ele deixar de ser artista”.

Na avaliação de “D” não se trata de um problema de Itajubá. Trata-se de uma questão que deve ser revista em nível de Brasil, pois para esta somos pouco “proprietários do nosso próprio negócio e destino”. Talvez, buscando respostas no modelo de sociedade em que se privilegiou a competição e o individualismo tenham as dificuldades de organizações e de ações que viabilizem processos de geração de renda.

Para “D”, ao tocar no tema da organização de associações, grupos e pessoas interessadas em gerar renda, diz que “pra eles eu acho que falta um incentivo empreendedor, sabe?”. Reforça:

(...) acho que os próprios artistas de Itajubá (...) precisam se organizar melhor (...), eles não tem esse espírito. (...). Eles não sabem precificar, eles não sabem quanto que eles valem. (...). Você precisa acreditar naquilo que você faz! (...), falta muito eles acreditarem neles, entendeu?”

Essa realidade, nos termos da economia da cultura e da geração de renda, do ponto de vista daqueles que direcionam as políticas culturais do município, tem provocado esforços públicos no sentido de fomentar a formação de associações e organizações de artistas (músicos, artesãos etc.) para que conquistem seus espaços. No argumento de “S”, para

eles se unirem e fazer uma coisa séria tem que ser pelo Conselho de Cultura. (...). Criar mesmo uma associação, uma organização, uma cooperativa artística na cidade. Essa cooperativa fazer seminários ou cursos aonde, com o apoio nosso, claro! Não tô eximindo a Secretaria de Cultura em momento algum. É! mas fazer seminários, palestras pra que os artistas, eles consigam ser empreendedor. Pra que eles consigam ter uma autoestima mais elevada. Pra que eles possam além de ser artista, viver da arte.

Na perspectiva da economia da cultura, pelo município de Itajubá, não se tem uma aproximação do “empreendedorismo” estabelecido no “capítulo IV, nos itens “4.1.8” e “4.4.1”, da Lei nº 12.343/2010 que institucionaliza o SNC. Este, cotejado com as normativas contidas no SNC, PNC e PMC de Itajubá, não provoca também a prática de: (a) estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos de origem natural e industrial, dinamizando e promovendo o empreendedorismo e a cultura do ecodesign; (b) desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes culturais, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo [...].

Nos discursos coletados, o empreendedorismo é empregado no sentido de criar negócios inovadores e altamente lucrativos e que se encaminha para a idealização e construção de esforços que oportunizem o empresariamento do trabalho desses artistas.

Na prática, há uma utilização do termo “economia da cultura” sem a devida apropriação e contextualização da dimensão política associada. A economia da cultura, baseada no conjunto normativo das políticas culturais, aproxima as dinâmicas de trabalho em princípios de cooperação, coletividade e solidariedade. Configura-se ainda em possibilidades de acesso e inclusão democrática nas dinâmicas sociais, cidadãs e produtivas.

No entanto, as preocupações dos gestores podem auxiliar os artistas a se organizarem. Podem também caracterizar um espaço de estímulo às valorizações do bem, da mercadoria e do valor de troca do trabalho, este para fins de comercialização e, conseqüentemente, de geração de renda a partir da cultura, como forma de uma vida sustentável, decente.

Do ponto de vista dos artistas, registra-se que as artesãs durante a observação e as conversas efetivadas no campo de pesquisa demonstraram a compreensão de que não devem perder as características fundamentais de seus bens e serviços para atender a

fins mercadológicos. Para estas, em linhas gerais, os bens produzidos de forma artesanal traz um conteúdo de identidade representativo e que suas características os tornam singulares, pelo valor simbólico, valor abstrato e reconhecimento das coisas do lugar. Elementos essenciais no processo de geração de renda, nos termos da economia da cultura. Portanto, caso sejam perdidos pela dinâmica da estética do consumo e da produção seriada do mercado competitivo, tornar-se-iam meros objetos reproduzidos em escala.

Na prática, o que o poder local faz é buscar a identificação dos grupos que fomentam manifestações culturais no município e, com base aos relatos coletados estes indicam uma iniciativa pontual direcionada ao cadastro dos artistas locais, via site da prefeitura. Para os gestores, o credenciamento tem a finalidade de formar um banco de dados para consulta, além da proposição de subsidiar a elaboração de catálogo voltado para a divulgação dos artistas locais e oferecer cursos que os ajudem a compreender a importância e o valor, material e imaterial, de seus trabalhos. Entretanto, os dados apurados indicam que “esse credenciamento ainda é pouco procurado”, conforme “D”.

No esforço de síntese, vê-se que o discurso público se contradiz com as falas dos entrevistados. Aquele argumenta que esse “movimento pode auxiliar os artistas na valoração de seus bens e/ou serviços culturais para fins de comercialização e de sobrevivência artística”. Estas apresentam que a prefeitura organiza as feiras e permite o uso do espaço, somente, e que não veem um apoio efetivo para fortalecimento desses movimentos. Também não deixam de eximir as responsabilidades das pessoas, grupos e associações, mas conscientes ou não, entendem o caráter competitivo e concorrencial que estão inseridos.

O cadastro pelo site da prefeitura e a postura sociopolítica individualista dos movimentos de geração de renda acabam dificultando as aproximações entre o poder público e os interessados. No cadastro da Secretaria de Cultura e Turismo, e demais órgãos ligados à cultura, identificam as manifestações culturais locais de modo discreto e pouco diversificado. Esse resultado não desabilita a valorização dada pelo poder local aos saberes-fazeres, artistas, artesãos e grupos culturais existentes, o que também não deveria inviabilizar o direcionamento de ações pautadas no PMC, pois estas ganham um caráter central no que se refere à valorização da cultura local.

Enquanto caráter central, as ações, práticas e processos de geração de renda perpassam pela consolidação das feiras de artesanato

da cidade realizadas pela Associação dos Artesãos de Itajubá (cores azul e branco) e Associação Artes da Terra (cor vermelha).

Figura 2: Feiras realizadas pela Associação dos Artesãos de Itajubá e Associação Artes da Terra



Fonte: Arquivo NEID (2017).

As feiras promovidas pela Associação dos Artesãos de Itajubá e Associação Artes da Terra ocorrem às sextas-feiras e aos sábados, sendo a primeira na Praça Theodomiro Santiago (central) e a segunda na Praça Getúlio Vargas. Nelas, podem ser encontrados os mais variados tipos de artefatos, como trabalhos em crochê, bordados, costuras, perfumes, velas aromáticas, itens de decoração, acessórios, roscas e doces – todos produzidos e comercializados pelos próprios artesãos.

Segundo os representantes das associações, a Associação dos Artesãos de Itajubá, atualmente, possui em torno de quarenta membros e a Associação Artes da Terra, vinte e cinco. Cada artesão possui uma barraca, onde expõe seus produtos. As feiras se transformam em ponto de comercialização, mas de sociabilidade e encontro entre artesãos, consumidores e amigos que frequentam e por lá passam.

A estrutura das feiras, barracas e uso do espaço público foram cedidas pela prefeitura, desde gestões anteriores. Por outro lado, a montagem, desmontagem e manutenção das barracas são de responsabilidade das associações, mas há a cobrança de taxa mensal paga pelos artesãos. As associações não possuem sedes próprias e se utilizam de salas concedidas pela Associação Comercial de Itajubá para realizar reuniões entre os membros das associações. Os avisos sobre as datas e horários das reuniões acontecem durante as feiras de sexta e sábado, ou seja, a própria praça acaba se tornando ponto de encontro e troca de informações entre os artesãos membros das associações.

Do ponto de vista da municipalidade, no que tange as reuniões e discussões do Conselho Municipal de Política Cultural, salienta-se que a dificuldade do setor público em permitir a participação ou de impor suas propostas no âmbito das políticas públicas, somado ao quadro de individualizações crescentes, em que se reverbera na identificação de distanciamentos da população em relação às questões culturais.

Observou-se número baixo de participação de pessoas da sociedade civil e que os membros do Conselho são compostos por servidores da Secretaria da Cultura e Turismo e de outros Conselhos ligados às demandas da cultura. Não há também, dentro do Conselho de Políticas Culturais, a participação de pessoas envolvidas em processos de geração de renda, artistas ou artesãos. Portanto, em nome de suposta falta de informação da comunidade em relação a essas reuniões ou até mesmo da importância da sua participação, o PMC de Itajubá não ganha em representatividade.

Nesse tom, as intenções do PMC repercutem de forma contrária às suas normativas. Se de um lado a população está pouco envolvida nas discussões no campo da cultura e não se caracteriza em democratização da comunicação e informação na produção cultural, em especial às questões de geração de renda populares, por outro lado, o uso, a ocupação e a apropriação dos espaços e bens culturais, em perspectivas sustentáveis, apresentam-se como entraves.

Espaço importante de representação e de comercialização de bens e produtos podem ser as festas populares. Daí a necessidade de envolvimento da sociedade, inclusive dos artesãos, como um todo na preservação material e imaterial da cultura em bases locais, sobretudo nas atividades culturais. No que tange ao investimento do poder local, esta não pode ficar restrita à lógica da cultura dominante ou de mercado – edificação de teatros, realização de shows com artistas midiáticos, concentração de práticas culturais aos mais abastados –, visto que a cultura carece de atitudes descentralizadoras e inclusivas, as quais realizadas no âmbito de todas as dimensões espaciais da cidade. Inclusive, implica identificar e levar práticas culturais dos lugares mais afastados ao centro e do centro aos lugares desprivilegiados.

A municipalidade tem organizado eventos culturais em espaços públicos como museu, teatro e praça central. Entretanto, não consegue atingir a população ou o “povão”, como dizem. O argumento é o de que há dificuldades tanto em relação a criar maneiras de divulgar essas informações e fazer chegá-las a toda a população ou o de que se deve encontrar alternativas para que moradores de bairros distantes consigam se aproximar e ocupar esses espaços.

Independente do sucesso da empreitada pela municipalidade, essa questão assume relevância nos SNC e PNC, cuja intenção normativa reverbera-se no PMC de Itajubá. O PMC promove ênfase na importância de democratizar o uso e ocupação dos espaços culturais, bem como a de levar eventos culturais aos bairros. No relato de “D” pode-se afirmar que

(...) tem alguns eventos que são apoiados pela prefeitura, tipo o Sarau Musical que acontece na periferia, que acontece na praça. É apoio! Então nós, som iluminação, muitas vezes transporte, é (...). Esse é nosso tipo de apoio (...). Cartazes somos nós que fazemos, os folders somos nós que fazemos, é (...) banner. Então através da Secretaria de Cultura e Turismo a prefeitura apoia o Sarau Musical e o Sarau na Periferia, por exemplo. Agora a parte de execução do Sarau é do Ateliê. É dos organizadores lá do Ateliê. Mas nós apoiamos nesse sentido.

As falas mostram que os eventos culturais realizados nos bairros ocorrem por iniciativa de grupos específicos da sociedade

civil¹⁸, responsáveis por organizar apresentações de bandas, teatro, dança, capoeira e oficinas de desenho e exposições de poemas, desenhos e telas nas comunidades. Eventos em que a predominância é urbana, assim como outras atividades que compõem a agenda do município, com o apoio da prefeitura, representada pela Secretaria de Cultura e Turismo. Este é traduzido em forma de tendas, caixas e aparatos de som, alvarás de autorização para realização e divulgação.

Diante dos pontos identificados no PMC, nos discursos e ações dos representantes públicos, entende-se que a cultura, como direito fundamental, apresenta-se como uma ponte que traz possibilidades e facilitações de acesso aos significados e aos bens simbólicos locais e de transformações socioculturais ainda pouco evidenciados, as quais merecem a atenção da municipalidade e seus conselhos, das organizações, das associações, dos agentes do desenvolvimento, público e privado, e de pessoas envolvidas em processos de geração de renda.

Considerações Finais

Propor alternativas às questões do desenvolvimento partindo das dimensões da cultura, do local e das políticas culturais para a efetivação de processos de geração de renda dentro da realidade do município de Itajubá parece não ser tarefa fácil. Fácil também não é, em termos de atuação do poder público, trazer novas perspectivas e entradas para o trabalho decente, a segurança alimentar e a sustentabilidade social no campo do que se convencionou chamar “economia da cultura”, dentro do SNC, do PNC e PMC.

No plano normativo e nos argumentos dos gestores do município vê-se em quais práticas e ações de geração de renda são privilegiados. Ainda se vê os limites institucionais, de concepção teórica, de compreensão econômica e de posicionamentos perante as coisas do mundo.

A importância de constituir formas de geração de renda se faz urgente diante dos efeitos de metamorfose do mundo do trabalho, os quais têm colocado em xeque as dinâmicas que os gestores elaboram para criar postos de trabalho formais e minimizar as desigualdades econômicas. Não se tem uma resposta absoluta ou determinante, visto

¹⁸ Entendida como organizações sociais sem fins lucrativos e terceiro setor, como apresentado por Krauchete (2013, p. 473) no livro *Dicionário Temático: Desenvolvimento e questão social*. Entende-se ainda que o conceito compreenda grupos organizados.

que não se trata de política pública que supere crenças e centralize suas intencionalidades na sobrevivência do humano.

Em xeque, a resposta não está no mundo do contrato de trabalho convencional, no aumento da captação de indústrias e na supervalorização das empresas tecnológicas, também não está nas desregulações da forma e do contrato social e nas demonizações dos direitos civis e sociais. A aposta de privilegiar os princípios da dignidade humana, da distribuição de renda, da cooperação, da solidariedade, no sentido da sustentabilidade, sugerida por Sachs, e do desenvolvimento local, por Dowbor e Pochmann (2004).

As políticas culturais têm forma identitária e histórica para, a partir dos processos de geração de renda, contribuir na promoção do resgate de atividades efetivas em princípios pautados no coletivo, distributivos e solidários, requisitos para alavancar o desenvolvimento do sul de Minas Gerais, longe das artimanhas e seduções do crescimento econômico.

A caminhada envolve o enfrentamento das relações de disputas no campo cultural, socioeconômico, político, simbólico e local ao colocar em questão se PMC de Itajubá potencializa ou não outras dinâmicas à realidade do município, visto que os recursos normativos apontam para o desenvolvimento local.

Para um desenvolvimento sustentado e sustentável, a partir da sistematização das entrevistas dos gestores, das pessoas envolvidas em processos de geração de renda no campo das políticas culturais e da realidade do município, os entreves apresentam-se da seguinte forma:

- escolhas teórica-conceituais sobre cultura, desenvolvimento e políticas culturais que não viabilizam práticas coletivas, solidárias e cooperativas;
- ações, atitudes e práticas que contemplam exclusivamente os aspectos do crescimento econômico;
- incompreensão do significado do venha a ser economia da cultura, com base nas normativas sobre políticas culturais;
- olhar para a cultura como possibilidade de recebimento do ICMS cultural;
- incapacidade do artista de ser um “empreendedor cultural”, proprietário do seu próprio negócio e destino;
- dificuldade de organização coletiva em associações, entidades e grupos;
- desinteresse e baixa participação na política e nos Conselhos do município;

- ausência de programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes culturais;
- ausência de uma cultura democrática nas dinâmicas políticas e produtivas no município;
- centralização dos lugares e espaços de atuação e comercialização dos bens culturais;
- aplicação da lógica da estética do mercado e a busca da produção em escala e seriada dos produtos;
- falta de conhecimento, mapeamento e registro das manifestações culturais;
- dificuldade de democratização do acesso à comunicação e à informação da produção cultural local;
- dificuldade de irrestrito uso e ocupação dos espaços culturais;
- falta de recursos humano e financeiro a serem aplicados na cultura;
- falta de interesse e incentivo de investidores privados;
- desconfiança ideológica na promoção de geração popular de renda.

Ao poder público, com todas as formas sociais em convergência, compete o papel de interpretar as contradições do nosso tempo, quer seja no mundo do trabalho quer seja nos enganos das escolhas cegas pelo crescimento econômico. Esse exercício deve ultrapassar interesses das disputas de poder e de posturas ideológicas para colocar o ser humano no centro das coisas, do desenvolvimento, da sustentabilidade e da sobrevivência.

Ressalta-se que para essa dinâmica requer uma vigilância constante. Há muito que caminhar, desde esclarecimentos teórico-conceituais aos representantes públicos, privados e comunidades até contribuições efetivas de desenvolvimento econômico, social e ambiental ao município. Portanto, o PMC é apenas um ponto de partida. É a abertura para se pensar em políticas culturais em Itajubá e microrregião, levando-se ao extremo os estímulos à criação de órgãos antes não existentes que sejam capazes de dar suporte para a promoção da cidadania e de projetos efetivamente democráticos.

Agradecimentos

À FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento desta pesquisa, dentro do Edital PPM-X/2016.

Referências

ANDRADE, Alexandre Carvalho de; FERREIRA, Enéas Rente. **Produção familiar, conservação ambiental e turismo no espaço rural da microrregião de Itajubá, Minas Gerais**. In. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 315-341, ago., 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARROS, José Marcio. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: _____. (Org.). **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 15-26.

BARROS, José Marcio. Diversidade Biocultural na Política Cultural Brasileira: uma aproximação ao SNC e PNC. In: LOPES, José Rogério; STEIL, Carlos Alberto; LEISTNER, Rodrigo Marques (Org.). **Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: da normatividade às agências coletivas**. Porto Alegre, RS: Cirkula, 2016. p. 13-49.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 693-732.

BRASIL. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional da Cultura**. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Secretaria de Políticas Culturais. Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CARVALHO, Edgard de Assis. Cultura e Complexidade: um trajeto antropológico. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; MELLO, Adilson da Silva (Org.). **Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**. Taubaté: Cabral Editora, 2013. v. 1, p. 49-69.

Dowbor, Ladislau. **A Reprodução Social: tecnologia, globalização e governabilidade**. São Paulo: Vozes, 2001.

DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Márcio (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FROEHLICH, José Marcos. A (RE) Construção de Identidades e Tradições: o rural como tema e cenário. **AntroPolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. Niterói, RJ, n. 14, p. 117-132, 1º sem./2003.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Coleção Leitura.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

IBGE. Cidades@. **Estimativa da população 2016**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

IBGE. **Divisão Regional**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ITAJUBÁ. **Decreto de Instituição do Conselho Municipal de Cultura**. Lei 5669, de 13 de julho de 2015. Disponível em: <<http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/upload/Decreto%205669.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2017.

ITAJUBÁ. **Lei Orgânica do Município de Itajubá**, atualizada em 22 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/Documentos/Document%20o/31595>>. Acesso em: 09 maio 2017.

ITAJUBÁ. **Plano Municipal de Cultura de Itajubá**. Lei 3134, de 07 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?id=17311>>. Acesso em: 09 maio 2017.

ITAJUBÁ. **Sistema Municipal de Cultura de Itajubá**. Lei 30006/2013, de 04 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?Id=23075>>. Acesso em: 09 maio 2017.

KRAUCHETE, Elsa Sousa. Sociedade Civil e Desenvolvimento. In: IVO, A. B. L. (Org.) **Dicionário Temático: Desenvolvimento e questão social**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013. p. 473-281 (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOPES, José Rogério. Políticas Culturais, Comunidades e Patrimônios no Brasil: algumas questões epistêmicas. **Ângulo**, Lorena, SP: FATEA (Impresso), v. 1, p. 74-83,

2015.

LOPES, José Rogério. Tudo no mesmo lugar? Cultura e formações culturais na globalização. In: SOUZA, Cidoval M.; SILVA, Luiz C.; COSTA, Antonio R. F. (Org.). **Local x Global: cultura, mídia e identidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009. p. 11-34.

NORA, Pierre. **Memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

ORTIZ, Renato. **Mundialização: saberes e diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; ALVES, Cecília Pescatore. Apresentação. In: _____. (Org.). **Políticas Públicas & Desenvolvimento Regional**. Campina Grande, PB: EDUPB, 2010. p. 07-17.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; MELLO, Adilson da Silva. Entre doces, palhas e fibras: experiências de geração de renda em cidades de pequeno portinho sul de Minas Gerais. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 20, p. 1-18, 2014.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 3 (número especial), p. 44-66, 2014.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Apontamentos sobre políticas culturais no Brasil: proposições iniciais no campo da diversidade cultural. In: LOPES, José Rogério; STEIL, Carlos Alberto; LEISTNER, Rodrigo Marques (Org.). **Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: da normatividade às agências coletivas**. Porto Alegre, RS: Cirkula, 2016. p. 51-67.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Desenvolvimento, Conhecimento e Cultura: limites e entradas à relação ciência e prática. **Ângulo**. Lorena, SP: FATEA (Impresso), v. 1, p. 90-106, 2015.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. As “coisas de Minas”: questões sobre desenvolvimento e turismo. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; PEREIRA, Samanta Borges (Org.). **Turismo e Desenvolvimento: outros caminhos**. Porto Alegre, RS: CirKula, 2017, p. 153-180.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. De volta à mão invisível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 7-19, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: _____. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as Ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

TODOROV, Tzvetan. **Teoria da Literatura I**. Lisboa: Edições 70, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

YÚDICE, George. A Conveniência da cultura: usos da cultura na era global. In: KAUARK, Giuliana; BARROS, José Márcio; MIGUEZ, Paulo (Org.). **Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 59-92.